
Táticas camponesas da luta pela terra nos sertões cariocas (1950-1968); um exemplo de práticas da cultura popular rebelde¹

*Manoela Pedroza**

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir as práticas de resistência popular dos posseiros dos sertões cariocas, quando ameaçados de despejo pelo capital imobiliário a partir da década de 40. Essa questão é complexa e nos fará entrar numa intersecção onde se cruzam práticas “rebeldes” da cultura popular, por um lado, e re-formulações no imaginário e na cultura política daqueles lavradores, incluindo a reinvenção de sua identidade coletiva, por outro. Para isso, discutirei brevemente alguns autores que considero terem formulado hipóteses explicativas interessantes para o entendimento do que seja cultura e das possibilidades e limites das táticas rebeldes da cultura popular num contexto de dominação e resistência.

Palavras-chave: cultura popular, resistência, posseiros.

Abstract: The objective of this article is to discuss the practices of popular resistance by land squatters in the hinterland of the state of Rio de Janeiro, when threatened to be evicted by the real state capital from the 40s on. This is a complex question and will lead us into an intersection where “rebel” practices of the popular culture, on the one hand, and reformulations in the imagination and the political culture of those farmers cross, including the reinvention of their collective identity, on the other hand. Thus a few authors will be briefly discussed, who are considered to have formulated interesting explicative hypotheses for the understanding of what culture is and the possibilities and limits of popular culture rebel tactics in a context of domination and resistance.

Key words: popular culture, resistance, land squatters.

Problema, objeto e recortes

A questão que gostaria de discutir neste artigo é a partir de quando os lavradores ameaçados de despejo nos sertões cariocas optaram por lutar por suas posses de terra e não migrar para as cidades. Essa pergunta nos fará

* Bacharel e licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense; mestre em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); professora de história na rede pública de Resende (RJ); e-mail: manolapedroza@terra.com.br

entrar numa intersecção de questões teóricas, que envolvem as práticas ‘rebeldes’ da cultura popular, por um lado, e re-formulações no imaginário e na cultura política daqueles lavradores, incluindo a re-invenção de sua identidade coletiva.

É importante balizar os recortes espaciais do objeto que trato, para não incorrer nos velhos problemas da generalização excessiva das teses macrológicas. A região da Baixada Fluminense tem sido contestada como um bom ponto de partida para circunscrever os conflitos sociais lá ocorridos. Mário Grynspar acha que o termo Baixada Fluminense tem conotação urbana, sendo insuficiente para tratar dos problemas sociais do campo, porque exclui municípios com características sociais e políticas muito próximas, como Itaguaí, Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, e inclui outros muito diferentes, como São João de Meriti e Nilópolis. O autor utiliza o termo Baixada (entendido como as cercanias da cidade do Rio de Janeiro, de onde se irradiaram as resistências aos despejos), tentando resgatar a forma com que os atores da época percebiam seu espaço (Grynspar, 1987). Já Frederico Araújo adota a categoria Baixada da Guanabara, utilizada por geógrafos, tentando alargar a parte urbana da Baixada Fluminense para englobar também municípios com histórias agrárias e agrícolas parecidas (Araújo, 1982, p. 14).

O que é consenso é que havia grandes similitudes na formação social e agrária de todo esse entorno da *urbs* do Rio de Janeiro, que pouco levou em consideração limites estritos (como os municípios que foram se multiplicando na vizinhança a partir da década de 40). Não vou então adotar uma região que priorize fronteiras políticas. Os limites serão outros: interessa saber, por exemplo, onde naquele momento passava a linha que dividia o que era interessante para o Estado e para o capital especulativo do que não era, onde inicialmente se instalaram os posseiros e pequenos produtores, porque a região que nos interessa começou como uma brecha de desinteresse dos grandes proprietários pela renda da terra, mas, num momento posterior, passa a ser valorizada pelos olhos do capital e, conseqüentemente, enredada numa teia de conflitos entre quem já vivia e quem agora queria lucrar.

Daí o dinamismo da região. Ela se transforma duramente em poucos anos a partir das novas relações sociais e econômicas que vão se fixando e deslocando outras. Por isso vou propor que a chamemos de sertões cariocas. A gênese da palavra sertão é *desertão*, terras desertas não porque nada nelas brotasse, mas porque, para os colonizadores, eram terras ainda não dominadas, não lucrativas e, portanto, vazias de significado. Os sertões cariocas serão, portanto, terras vazias de significado tanto para o Estado quanto para o capital agroexportador e especulativo no momento em que se

instalaram os posseiros, mas que, num momento posterior, passarão a ter significado para seus supostos proprietários, e serão requeridas, gerando conflitos violentos. Para entender melhor esse processo, vou expor em alguns parágrafos as transformações agrárias e agrícolas ocorridas nos sertões cariocas entre 1900 e 1940, e que determinaram a vida dos que lá viviam.

Histórico dos sertões cariocas e seus lavradores

Entre fins do século XIX e início do século XX, com a lenta decadência da lavoura cafeeira escravista e a concentração da produção agrícola mais valorizada no Norte do Estado e no Vale do Paraíba, a Baixada Fluminense passou a ser vista como área abandonada e decadente (Grynspan, 1987; O'Dwyer, 1988; Alentejano, 1996; Santos, 1984). Nesse momento, com os antigos barões do café já mortos e seus herdeiros desinteressados pelas terras cansadas, insalubres e alagadas que impunham muitos esforços para o lucro, o interesse da *plantation* abandonou a região e deu espaço para que antigas e grandes fazendas fossem desmembradas, aforadas ou simplesmente tivessem suas bordas apossadas por famílias de lavradores pobres.

A chegada daqueles novos ocupantes na região pode ser balizada entre 1920 e 1950 (Grynspan, 1987, p. 38-40). Mario Grynspan defende inclusive que “as lavouras desses pequenos [lavradores] eram significativas no conjunto geral da produção agrícola da região, contrariando a média estadual de decréscimo da produtividade de alimentos”² (Grynspan, 1987, p. 39). Podemos sondar de onde saíram e por que vieram os posseiros para as terras da Baixada Fluminense, partindo de depoimentos que jornalistas da época fizeram com alguns deles, como o relato de Dona Creuza: “Cheguei para este sítio em 1922, juntamente com o meu marido. Aqui só encontramos mato. Passamos as maiores privações nesse lugar e aqui perdemos três filhos, em conseqüência da água que tomavam”.³ O jornal *Imprensa Popular*, noticiando uma ação de despejo em Austin, Nova Iguaçu, no ano de 1952, dizia que “grande parte dos moradores do local ali reside há mais de 30 anos. Quando chegaram, o mato era de meter medo”.⁴

As terras da Baixada vão sendo ocupadas por lavradores, oriundos de outras regiões do Estado ou do País, e que, vez por outra, são referidos como “desbravadores” (Grynspan, 1987, p. 22). Esses lavradores foram atraídos pelos empregos na produção de laranja em Nova Iguaçu, ou mesmo “pela possibilidade de estabelecerem posses ou parcerias para cultivo de frutas, gêneros alimentícios, ou fabrico de carvão” (Grynspan, 1987, p. 28).

Por isso, a noção de “decadência” e de “abandono” deve ser usada entre muitas aspas. Explicando melhor: quem vê a região abandonada são os

grandes senhores porque, para a exportação, houve concretamente decadência na produção, principalmente se for comparada ao passado de grande fazenda escravista (Santos, 1984). Mas para um outro grupo social esse “abandono” abriu novas possibilidades de trabalho da região, já que o desinteresse dos proprietários em cultivar permitia que pequenos agricultores sem posses (arrendatários, parceiros e posseiros) pudessem mais facilmente viver e trabalhar naquelas terras.

Essa situação começa a mudar com o início das obras de drenagem e saneamento do governo federal em 1938, “que se concentraram maciçamente nos municípios da Baixada mais próximos à cidade do Rio de Janeiro” (Grynspan, 1987, p. 42). Essas obras faziam parte de um plano maior que tencionava desde melhorar a salubridade da região até fomentar a colonização intensiva, passando pelo incremento da rede de transportes para escoamento da produção.⁵ Uma das metas era a transformação dos sertões cariocas num cinturão verde para abastecimento da cidade do Rio de Janeiro,⁶ para tentar solucionar as crises de falta de gêneros vividas após a Segunda Guerra Mundial. Para tanto, foram formados, até 1955, sete núcleos coloniais no Estado (Araújo, 1982; Grynspan, 1987; O’Dwyer, 1988).

Mas a tentativa de resgatar a “vocação agrícola” da Baixada foi concomitante com a promoção industrial de outras regiões do Estado, só que com pesos muito distintos: enquanto a produção de alimentos diminuiu 35%, entre 1940 e 1950, a população urbana subiu de 37,5% para 47,5% do total da população do Estado, no mesmo período.⁷ Esse processo de esvaziamento da produção agrícola foi – não coincidentemente – concomitante com o início do enorme afluxo populacional para a cidade do Rio. População migrante e basicamente rural que, expropriada, premida pela baixa renda e pelo aumento do valor dos lotes e dos aluguéis no centro, se via forçada a morar nas periferias da cidade e nos municípios vizinhos.⁸ Dados demonstram que, já nos anos de 1950 e 1960, era bastante alto o índice de urbanização da população da Baixada e, com isso, as áreas rurais das imediações das cidades vinham perdendo suas características agrícolas (Grynspan, 1987).

Nessa sobra de gente para pouca casa é que as terras dos sertões cariocas se revalorizaram economicamente, mas em outras bases que não mais na agricultura. É por isso que pesquisadores do tema afirmam que os objetivos inicialmente propostos pelo plano de obras de revitalização agrícola da região não foram alcançados. O principal motivo foi que os investimentos estatais, ao invés de incentivarem a produção agrícola, acabaram alimentando a especulação para loteamento urbano e a disputa de grandes proprietários

(Grynspan, 1987; Alentejano, 1996). Mesmo assim, as contradições de uma legislação que falava inicialmente em privilegiar a produção agrícola acabou semeando, no local, uma camada de pequenos lavradores independentes, que serão a origem da resistência organizada aos despejos.

E os antigos lavradores? Como lidaram com essas mudanças? Até o início da década de 40, o desinteresse e a desvalorização pela região eram tamanhos que os foros que deviam ser pagos pelos lavradores aos proprietários das terras eram mínimos, dando àqueles a sensação de estarem *quase* independentes. Depois, com a retomada do interesse econômico, os proprietários se fizeram mais presentes, exigindo foros mais altos, proibindo cultivos permanentes, ou simplesmente requerendo a terra de volta, já que a primeira providência dos especuladores era desocupar o imóvel, tornando-o livre para suas transações comerciais. Nesse processo, os especuladores podiam ser bancos, empresas imobiliárias, famílias e até órgãos públicos. Foi o início dos despejos.

No início, as desocupações se processaram sem maiores problemas para os supostos donos. Mas, para qualquer eventual falta de colaboração na saída dos lavradores, suas casas eram derrubadas e as plantações destruídas por jagunços (Geiger; Mesquita, 1956; O'Dwyer, 1988). “Os despejos pareciam ser realmente o maior problema daquela região” (Grynspan, 1987, p. 17). Segundo artigo do jornalista Maurício Hill, publicado no jornal *Última Hora*, em 1962, a Baixada passara a ser “o Nordeste sem seca”, com aproximadamente cinco mil famílias ameaçadas⁹ pelo avanço dos loteamentos.

Construção de identidade camponesa

Uma das hipóteses de meu trabalho é que os lavradores tiveram que passar por um processo de construção de uma identidade própria, autônoma e antagonica a dos proprietários, para poder legitimar suas ações de resistência aos despejos (O'Dwyer, 1988). Mas, quando falamos de identidades, encontramos em muitos estudos marxistas a idéia de que identidade seria algo muito parecido com consciência de classe, que se colaria diretamente e sem conflitos à posição do grupo/classe social na esfera da produção. Isso é, cada grupo teria já “nascido” com a identidade que lhe caberia segundo sua “classe” (Mattos, 1998; Araújo, 2002).

Seria um erro supor que haveria na região um campesinato já existente (e propenso à mobilização política) antes das ameaças de expropriação. Para isso seria necessário que eles já tivessem criado sua identidade coletiva, fato este que só é verificado no momento mesmo da luta, quando foram obrigados a romper os laços da dominação simbólica que os amalgamava aos patrões

na identidade comum de *classes rurais*. Pelo contrário, a ação política que se seguirá às ameaças de despejo vai transformar as relações e representações desses grupos em algo essencialmente novo (O'Dwyer, 1988).

Acho que, para essa quebra da dependência, confluíram dois conjuntos de fatores: o primeiro é o valor diferente que a terra tem para o camponês: muitas vezes ele pode abandoná-la em busca de outra, ou mesmo para uma estadia temporária na cidade visando acumular dinheiro que compre outro lote. Mas, em situações onde essas duas alternativas não parecem viáveis (no fechamento da fronteira ou na falta de perspectiva de trabalho urbano), o lavrador fará mais esforços para permanecer onde está.

O segundo fator importante na quebra da dependência foi bem-exposto por Barrington Moore. Ele disse que para que houvesse revolta seria preciso que um grupo superasse a ilusão de que a situação em que se encontra é permanente e inevitável e, para tanto, seria fundamental a quebra da dependência e da dominação (Moore Jr., 1978, p. 461 apud Grynspar, 1987, p. 78). O mesmo autor chamava a atenção para o fato de a relação direta entre o senhor e seus subordinados ser um fator inibidor de rebeliões. Nos casos de fortes laços de dependência entre eles pode até haver revoltas, mas elas não vão chegar a questionar a ordem vigente (Grynspar, 1987, p. 147; Wolf, 1969; Moore Jr., 1975; Bianco, 1975).

Segundo Barrington Moore, para a formação de uma nova identidade seria preciso reverter as relações em que oprimidos lutam entre si e auxiliam o opressor, para dirigir seu antagonismo para fora, contra um inimigo comum. Depois, criar padrões de condenação moral para o sofrimento do grupo que, ao mesmo tempo, proponham alternativas a esse martírio, para que ele não seja considerado inevitável (Moore Jr., 1978, p. 87-88).¹⁰

Na análise concreta da formação de identidades coletivas nos sertões cariocas, constatou-se que, mesmo com trajetórias de vida e origens diferentes, antes do conflito com os grileiros, todos os trabalhadores rurais que moravam no local se autodenominavam lavradores, termo utilizado naquele período para definir os que tinham na produção de gêneros alimentícios (tanto para subsistência quanto para mercado local) a principal atividade da família, mas não eram proprietários das terras em que trabalhavam, obrigados a pagamento de parte de sua produção em troca do acesso à terra.¹¹ Como mantinham certa autonomia no campo da produção, graças ao absentismo dos donos legais até aproximadamente 1940, os lavradores se distinguiam dos moradores, que eram mandados e deviam trabalhos e favores a seus patrões, e se aproximavam dos pequenos proprietários e posseiros, categorias que também tinham a “liberdade” de produzir o “conteúdo” com a “forma” que bem escolhessem (O'Dwyer, 1988).

Pois bem: a valorização das terras, a especulação fundiária, a chegada dos grileiros e os primeiros despejos conformaram uma nova situação de crise política e social para os lavradores da região. Isso porque, na cultura popular camponesa, as relações ‘de favor’ aparecem como uma obrigação inerente ao direito de propriedade do fazendeiro. Sendo assim, a terra é uma concessão que exige uma contrapartida. Apenas a quebra desse pacto – o alijamento brusco de suas condições objetivas de sobrevivência – golpeou o/a trabalhador/a e pôde, em alguns casos, servir como fator “libertador das consciências”, possibilitando ações associativas horizontais (Martins, 1981).

É nesse sentido que Barrington Moore aponta que a difusão do capitalismo representou uma crise da autoridade tradicional, porque a elite deixou de desempenhar, em relação aos dominados, funções que até então lhe eram reservadas, esgarçando os laços de legitimidade da dominação (Moore Jr., 1975, p. 539-541). Foi a alteração do significado da terra para seus proprietários, que agora passava a ter fins lucrativos acima das obrigações com seus pequenos parceiros, que alterou as perspectivas de futuro das famílias ameaçadas.

Aqui é necessário reforçar essa relação entre as representações de mundo dos lavradores fluminenses com a posição social subordinada que ocupavam. Chartier defende que o conhecimento das lutas de representações é fator determinante para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe a sua concepção de mundo social (Chartier, 1990, p. 17). E também que a alteração da posição social muda a forma com que esse grupo vê o mundo. Segundo Roger Chartier,

As percepções do real não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros [...]. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (Chartier, 1990, p. 17).

No caso dos lavradores fluminenses, sua identidade tinha sido até aquele momento unificada a outra diferente, dos proprietários e, nesses casos, estamos diante de um processo de dominação de uma identidade sobre outra,

Cabendo aos proprietários rurais “englobantes”, ao subordinarem moradores e lavradores, seus contrários, integrá-los em um conjunto de maneira que esses “englobados” não sejam reconhecidos socialmente como diferentes. A construção da identidade camponesa prevê a ruptura do par englobante-englobado, para que os elementos formadores do conjunto passem a ser considerados separadamente, a partir das relações que os diferenciam (O’Dwyer, 1988, p. 274).

A nova experiência comum de ameaça à sobrevivência pressionou por mudanças na organização social desses lavradores, antes verticalmente ligada ao proprietário para sua reprodução, agora depositando nos mesmos a “culpa” pela situação em que viviam (O’Dwyer, 1988, p. 88).

Pois a nova identidade que os lavradores forjaram para seu novo contexto de luta de classes foi a de posseiros. Inicialmente fruto de uma argumentação jurídica no sentido de obter usucapião, ela passava a significar também que haviam entrado em terras abandonadas, aparentemente sem dono, e que as haviam cultivado, “mansa e ininterruptamente”, antes do grileiro aparecer, daí ser possível e legítimo que quisessem permanecer nelas. No decorrer do litígio, a nova identidade de posseiro vai funcionar menos como um diferenciador de produtores (já que vai abarcar diversas categorias de pequenos produtores rurais, como parceiros, foreiros, moradores, sitiantes e até pequenos proprietários ameaçados), e mais como uma referência de sua posição de classe em relação à luta pela terra.

Nessa perspectiva relacional das classes sociais, podemos dizer que a classe proprietária acusada de grilagem, à qual se opunham as novas organizações de posseiros, já não era a mesma que servia à referência simbólica dos antigos lavradores. Os posseiros lutavam contra “outros proprietários”, quer no sentido de serem realmente outros grupos ou pessoas que agora se diziam os donos (em detrimento do patrão com que tradicionalmente se relacionavam), quer no sentido de serem os mesmos mas agora com interesses distintos, irreconhecíveis pelas novas exigências que faziam.

Segundo as teses de Chartier, os esquemas geradores das classificações e das percepções, próprios de cada grupo ou meio, são incorporados pelo grupo sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas que demarcam sua própria organização social (Chartier, 1990, p. 18). Estendendo esse exercício de raciocínio, os lavradores também não são mais os mesmos de antes das ameaças, pois a pressão das mudanças sociais e econômicas, somada à intervenção das associações e outros mediadores políticos, vai trazer alterações tão profundas para o *pensar-se* do grupo que os novos posseiros, organizados politicamente, não vão se enxergar mais como “lavradores vinculados aos grandes proprietários, por mais que pudesse se tratar das mesmas famílias, nos mesmos lotes de cultivo” (O’Dwyer, 1988, p. 94).

É nessa luta de classes e representações que os termos *grileiro* e *posseiro* foram cunhados para definir os dois campos dessa disputa. A criação de duas identidades coletivas antagônicas nesse momento, despregando as duas de um todo outrora indiviso, as “classes rurais”, só pode ser pensada a partir dessa desnaturalização de relações de dominação.

Práticas da cultura popular tradicional

A corrente de estudos sobre as ações políticas de grupos camponeses, iniciada por Marx, foi interrompida nas décadas de 1920 e 30, obrigada a um longo silêncio forçado, provocado pela polarização ideológica, pela intensa vigilância na produção acadêmica do leste europeu e, posteriormente, entre as décadas de 1940 e 60, pelo auge das “teorias da modernização pós-coloniais”.¹² “Uma taxonomia básica de moderno/tradicional (com uma implícita suposição nós/eles) tornou os camponeses terminologicamente invisíveis, dentro do pacote geral dos ‘tradicionalis’ e outros exóticos” (Shanin, 1980, p. 72). O sentimento geral era de que o desenvolvimento e a modernização incessantes situavam os camponeses na jaula do rústico, do tradicional e da bruxaria, junto com tudo o que seria fatalmente relegado a um segundo plano nas preocupações de quem era “progressista”.

Mas, na década de 60, houve uma sucessão de crises nos países pobres e na agricultura mundial, com o colapso das prescrições modernizantes simples e rápidas, a decisão da China de “andar com os próprios pés” e a conseqüente descoberta de uma tenacidade camponesa (sobretudo no Leste Europeu e depois que camponeses do Vietnã derrotaram a potência mais moderna do mundo). A análise apurada do conjunto desses fatos mostrou aos pesquisadores do tema que as profecias de fim do campesinato propaladas pelos clássicos de Marx, Lênin e Kautsky efetivamente não se realizaram: nos países desenvolvidos o pequeno produtor não se tornou necessariamente miserável, nem proletário rural, e o progresso técnico não foi incompatível com a continuidade da produção familiar (Abramovay, 1998).

As reformulações às interpretações tradicionais dos movimentos populares nos países centrais não partiram, na década de 60, dos debates acadêmicos, mas sobretudo daquelas práticas revolucionárias que acabaram impregnando o campo de debates historiográficos. Essas práticas se processavam em países pertencentes à periferia do capitalismo, com sociedades consideradas atrasadas, tradicionais e agrárias, onde a classe operária clássica praticamente não tinha influência. Para compreender a dialética inusitada dessas então chamadas revoltas, principalmente para prognosticar se elas dariam ou não numa verdadeira revolução socialista clássica, o marxismo desses anos teve de cunhar ou explorar novos conceitos (De Decca, 1992, p. 14).

Para tanto, foram formuladas novas teorias (como as terceiomundistas, a teoria da dependência e a do populismo) e novos conceitos, como o pré-político e o banditismo social.¹³ Esse novo arsenal permitiu importantes análises comparativas de sociedades tradicionais que presenciaram processos

acelerados de modernização. De forma muito geral, é possível dizer que essas “novas teorias da revolução” da década de 60 tentavam conciliar as antigas teses marxistas com a novidade das revoltas camponesas da América Latina, que potencializavam novos elementos e dinâmicas da resistência que não as já mapeadas (De Decca, 1992).¹⁴

Foi esse contexto pleno de impasses e tentativas de reformulação que permitiu o surgimento da chamada história vista de baixo, inicialmente com a história social inglesa. É bem verdade que isso só foi possível depois da derrocada em massa das tentativas e expectativas revolucionárias dessa década. Essa vertente se desenvolveu como um campo novo de pesquisas e de revisão conceitual da teoria marxista e, precisamente em relação ao objeto que me interessa, questionou a visão consolidada de que os “rebeldes primitivos” eram incapazes de definir seus objetivos políticos. Para isso foi fundamental que começassem a trabalhar com questões ligadas à cultura popular, que transcendiam o campo das teorias revolucionárias e davam margem para que rebeldias e resistências tradicionais tivessem lógicas próprias e se autodeterminassem (De Decca, 1992).

A grande diferença da abordagem marxista anterior para o que será ensaiado a seguir pelos historiadores da *New Left* foi o fato deles reafirmarem a emancipação da rebeldia e revolta populares em relação às teorias revolucionárias do olhar do historiador, buscando estudá-las sob o prisma de sua própria lógica de resistência, da ação e consciência humanas em cada contexto específico, para além das instituições da política moderna – como partidos, sindicatos e legislações – e os apanágios liberais e jurídicos do que seriam formas corretas ou não de ação. A crítica arguta de Thompson, um dos expoentes na Nova Esquerda, é de que “apenas o historiador míope considera cegas as explosões da multidão” (Thompson, 1998, p. 64), e é nesse debate dentro do campo marxista que se poderão explicitar novos olhares sobre velhos problemas.

Segundo Otávio Velho, o conceito de pré-político de Hobsbawm não se sustenta porque o “político” e o “pré-político” não se apresentam puros na realidade. Precisam ser tratados sincronicamente, e não como tipos ideais. Na realidade, a convivência entre os dois é um dado fundamental, como aspectos diferentes de uma totalidade que se manterá incompleta na ausência de um deles. Nesse sentido, uma linguagem formalmente “pré-política” poderia disfarçar um conteúdo “político”, e vice-versa. A distinção desses conceitos mostra uma visão burocrática da ação política, provavelmente devido à perspectiva economicista (Velho, 1982).

Nessa mesma linha de raciocínio, Eric Wolf defende que não se sustentaria a visão de que a atividade política propriamente dita seria só a subordinada ao cálculo racional, restrita à ordem da grande política institucional, partidária e formal. Isso porque haveria níveis de organização independentes da ordenação sindical, institucional religiosa ou partidária, assim como há implementação de projetos espontâneos racionais e objetivos. Concluindo, diz que “o célebre espontaneísmo deve ser compreendido como uma das formas de ação política dos grupos sociais, uma das modalidades do que poderíamos denominar imprecisamente comportamento espontâneo”. E que “é preciso levar em conta o quadro geral em que se inserem os grupos sociais, o ‘campo de possibilidades’ dado pelo contexto da luta de classes de cada momento, que será responsável em boa parte pelo significado real das ações populares” (Wolf, 1969, p. 226).

As teses do banditismo social propostas por Hobsbawm, na década de 60, buscavam vincular as ações de populares de alguma maneira às teorias da revolução proletária. Em outras palavras se, por um lado, o autor relacionava o banditismo com as possibilidades revolucionárias das sociedades camponesas sob impacto da penetração capitalista, por outro essa tese abria caminho para legitimação de tentativas de instrumentalizar esses rebeldes primitivos por teorias revolucionárias, já que sozinhos eles nunca conseguiriam vislumbrar claros objetivos políticos. É claro que foi colocada nesses sujeitos, na maioria das vezes, a “culpa” pelo fracasso da “revolução mundial” na década de 70 (De Decca, 1992).¹⁵

O problema era justamente esse: era alocada nos corações desses “objetos de pesquisa” uma vontade que eles não tinham (de fazer a revolução socialista)! E eles acabavam sendo culpados de não ter realizado algo, ou de não ter realizado esse algo da maneira que estava no desejo do historiador, não de si próprios. Por tudo isso se deve remarcar as diferenças significativas entre o novo conceito de resistência popular tradicional, cunhado pela história social inglesa. Ela veio justamente dissociar o campo da resistência popular das diretrizes dadas pela teoria da revolução marxista, por um lado, e das teorias liberais/modernas da ação política, por outro. Por essa nova ótica, os movimentos sociais adquirirão sentido se analisados em seus próprios contextos, apreendidas as lutas de classe que polarizavam as forças naquele momento, e a forma com que responderam – a partir de suas vivências e possibilidades – à exploração, aos ditames dos dominantes, entre outras questões.

Nesse íterim, foram importantes os trabalhos de Edward Thompson ao criticar as teorias consagradas e desmontar preconceitos macrológicos e ortodoxos, como por exemplo a generalização do modelo das Ligas

Camponesas para julgamento de todas as ações camponesas e a manutenção da dicotomia operários *versus* camponeses. Thompson contribui para uma nova visão não institucional do processo político, que passa pela construção de identidades na luta de classes, na apreensão de que a resistência camponesa no Brasil é uma herança cultural, reafirmando a capacidade de pensar e agir dos trabalhadores.

Numa linha de trabalho convergente, Michel de Certeau utiliza os conceitos de táticas e estratégias populares. Segundo sua definição, as estratégias são o cálculo das relações de força quando o sujeito do querer é isolável de um ambiente que é sua base circunscrita de ação, contra uma exterioridade de alvos ou de ameaças (inimigos, concorrentes, ou outra instituição científica, por exemplo). Já as táticas são o cálculo que não pode contar com um lugar próprio nem dispor de base em que possa capitalizar seus proveitos, preparar expansões ou assegurar sua independência, pois age sempre no espaço do outro. A tática depende do tempo para aproveitar a ocasião, de “captar no vôo” possibilidades de ganho para tirar partido de forças que lhe são estranhas (Certeau, 1994, p. 46).

Dialogando diretamente com o Foucault de *Vigiar e punir*, Certeau o questiona sobre quais os procedimentos populares jogam contra os mecanismos da disciplina e as redes de vigilância e não se conformam com elas. Diferente da posição de Foucault, a visão de Certeau é bem mais otimista: sob a realidade das instituições e dos macropoderes, ele consegue sempre perceber resistências mínimas, que fundam microliberdades mesmo silenciosas, e assim deslocam as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes sobre uma multidão anônima. Nessa perspectiva, os fracos, desarmados face às estratégias dos fortes, mesmo assim não perdem sua mobilidade tática, sua inteligência e inventividade. Para os fracos, haveria uma “economia do dom”, “uma estética de lances” e uma “ética da tenacidade”, e com esses três qualificativos Certeau valoriza a cultura ordinária e atribui às suas práticas o estatuto de objeto teórico.

Concordo com Certeau quando avalia que a cultura popular tradicional, porque dominada, se move mais por táticas que por estratégias. A luta dos lavradores para se manterem em suas posses se, por um lado, pode ser considerada uma resistência à proletarização do capitalismo (mesmo não nominada enquanto tal), por outro não deixa de ser uma resposta local e imediata a uma desavença pessoal ou à expulsão da família de uma determinada área que, embora possa se repetir infinitas vezes, sempre é uma ação no território do outro (de outras legalidades, de outros proprietários), isto é, uma resistência tática. Mesmo a resistência à expulsão no sertão carioca foi resposta à pressão externa dos grileiros, não prevista e nem dominada por

aqueles posseiros, e por isso vou considerá-las táticas também. Aos poucos, pela força do aprendizado e trocas políticas, podem ter adquirido caráter estratégico, sendo “oficializadas” em desapropriações, mandados de segurança, direito de usucapião e, bem mais tarde, na criação de assentamentos de reforma agrária. Mas, determinada por lutas locais e diferentes resultados possíveis, essa transformação não foi homogênea nem no tempo nem no espaço e, portanto, a resistência pode ter se mantido tática em diversos conflitos.

Esse campo de práticas populares é muito amplo. Um pesquisador argentino, Héctor Bruit (1991), apresentou uma idéia interessante que pude aproveitar para o objetivo deste trabalho: ele fala de campos outrora negligenciados – como o uso do silêncio, da preguiça, da malandragem – como sendo também táticas e resistências das camadas subalternas da América Latina à disciplina e à vigilância do capitalismo. Embora o autor as denomine como “uma história invisível que flui do inconsciente”, explicação que não me convence, ele dá pistas de que é preciso enxergar uma outra gama de processos e atitudes que se dão à margem dos campos tradicionalmente escolhidos para ver as disputas políticas: as instituições, as guerras, os aparelhos de poder.

Outro clássico para essa discussão é *Conformismo e resistência*, da filósofa Marilena Chauí (1986), que tem o mérito de analisar casos de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros/as da ditadura à Nova República. O que parece faltar na análise de Bruit que abunda na de Marilena Chauí é descortinar casos em que certas atitudes podem ser vistas como mescla de conformismo e resistência, analisar essas situações em toda sua complexidade e propor sínteses que explicariam lances aparentemente apenas conformados, ou apenas resistentes. Quando diz que “na América Latina os homens vivem resistindo” (Bruit, 1991, p. 171), o autor trata de atitudes corriqueiras como fatos de clara resistência à dominação capitalista, e cala sobre casos em que práticas populares, de forma visível, introjetam valores e práticas caras aos dominadores, como a ascensão individual, o lucro, a passividade diante de problemas coletivos.

A existência e tenacidade de táticas populares que jogam contra as regras oficiais da dominação pode ser entendida sabendo-se que a cultura popular é diferente da dominante com seus códigos escritos, juramentada e protegida por uma série de instituições permanentes. Segundo Thompson, “a população trabalhadora tem pouca possibilidade de prever o futuro [...] as oportunidades são aproveitadas na medida em que surgem, com pouca reflexão sobre as conseqüências, assim como a multidão impõe seu poder nos momentos de insurreição direta” (Thompson, 1998, p. 22). A cultura popular se organizaria

para responder sempre a situações novas – nas quais ela não influiu e não previu – em contextos de reformulação e de resistência à disciplina e à vigilância. Certeau nos diz que “a cultura popular se formula essencialmente em ‘artes do fazer’ isso ou aquilo, e só nessas práticas é possível perceber uma maneira de pensar, investida sempre em uma maneira de agir” (Certeau, 1994, p. 42).

Para compreender esse determinante “prático” e local, deve-se também levar em consideração que o campo de ação popular não é o das instituições dominantes, com seus corpos de funcionários, representantes e jurisdições nacionais, e sim o dos próprios sujeitos do povo dispersos dentro da cultura dominante. Sua lógica se explicita durante a ação e se constitui durante os acontecimentos, por isso é local e temporalmente determinada por seus sujeitos. Em síntese, o caráter tático seria a marca de ações inseridas num sistema dominado por outros interesses que não os “dos fracos”.

Ora, isso não é similar à lógica de ação da cultura popular proposta por Thompson, quando disse que a “economia moral”, por não ser uma construção teórica nem escrita, só pode ser entendida quando “vemos o povo em ação contra aquele moleiro, ou aquele fazendeiro? Pois a multidão certamente tinha argumentos inteligentes sobre o funcionamento de mercados reais, mas não sobre relações de mercado teorizadas, porque não eram filósofos” (Thompson, 1998, p. 215). As ações populares só podem, portanto, ter o seu discurso compreendido a partir da leitura das suas ações, e não na busca de registros teóricos ou documentais dos seus valores ou métodos.

Thompson e Chauí trabalham com o mesmo conceito de ambigüidade para explicar as contradições da cultura popular. Esses autores parecem concordar que “a ambigüidade da cultura popular está em aceitar implicitamente a hegemonia dominante, permanecendo dentro do campo simbólico definido pelos dominantes”. E que “essa é sua força e fraqueza” (Chauí, 1986, p. 104). Se o que determina a cultura popular é ser uma “lógica e prática que se desenvolve sob a dominação”, as peças do quebra-cabeça vão se encaixando aos poucos... Thompson se baseia em Gramsci para explicar o que chama de “duas consciências teóricas” da identidade social dos trabalhadores, uma deferente e outra rebelde.

Elas são decorrentes de dois aspectos da mesma realidade: de um lado, a conformidade com o *status quo*, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores. De outro lado, o “senso comum” derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhadas [...] (Thompson, 1998, p. 20).

A diferença é que Thompson fala de duas identidades que se alternam, pois o mesmo homem que faz uma reverência ao fidalgo de dia – e que entra para a história como um exemplo de deferência – pode à noite matar as suas ovelhas, roubar os seus faisões ou envenenar os seus cães (Thompson, 1998, p. 64), enquanto Marilena Chauí tenta mostrar a ambigüidade do conformismo e da resistência numa mesma ação. Para Marilena Chauí, essa mistura de conformismo e resistência da cultura popular pode levar a paradoxos, sendo o principal deles o que chamou de “consciência trágica”:

Consciência que opera com paradoxos, porque o real é tecido de paradoxos, e que opera paradoxalmente, porque tecida de saber e não-saber simultâneos, marca profunda da dominação. A consciência trágica, em seu sentido originário, tal como revelada pela tragédia grega, não é aquela que se debate com um destino inelutável, mas, ao contrário, aquela que descobre a diferença entre o que é e o que poderia ser e que por isso mesmo transgride a ordem estabelecida, mas não chega a constituir uma outra existência social, aprisionada nas malhas do instituído (Chauí, 1986, p. 178).

Por último, para Marilena Chauí,

Talvez seja mais interessante considerá-lo [*o popular*] ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação (Chauí, 1986, p. 124).

Agora, a partir de tudo isso, perceber as táticas de resistência como partes de uma cultura popular ambígua mas rebelde, foi outro desafio. Novamente volto às leituras e vejo que, para Certeau, a cultura

articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensões, e muitas vezes de violências, a quem fornece equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários (Certeau, 1994, p. 45).

E, nesse contexto de tensões, as táticas de praticante agiriam como

um estilo de trocas sociais, um estilo de invenções técnicas, e um estilo de resistência moral, isto é, uma economia do dom (de generosidades como revanches), uma estética de “golpes” (de operações de artistas) e uma ética da tenacidade (mil maneiras de negar à ordem estabelecida o estatuto de lei, de sentido ou fatalidade). A cultura “popular” seria isso, e não um corpo considerado estranho, estraçalhado a fim de ser exposto (Certeau, 1994, p. 89).

Essa forma de encarar a cultura me pareceu muito próxima da intenção de Thompson de tirar a cultura plebéia apenas do campo dos significados, atitudes e valores e localizá-la dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho, de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência (Thompson, 1998, p. 17).

Em síntese, pareceu-me que as ações de resistência poderiam ser percebidas como um tipo especial de relação político-cultural, na medida em que colocam em jogo poderes exercidos e contestados não na esfera política tradicional, mas na esfera social. Essas relações podem envolver ou não o poder do Estado e de suas instituições, mas a principal preocupação de uma análise centrada nelas seria perceber os agentes em disputa na vida social concreta, ou cotidiana. Busquei aprender suas pistas de resistência ao sistema, ambigüidades, conformismos, táticas individuais de sobrevivência, construção de identidades coletivas e legitimidade para as ações dentro do contexto local em que as ações se inseriam.

Na análise do meu caso, pude perceber táticas e estratégias na luta por terra. Considerei que estratégias foram ações pensadas de antemão, medidas, elaboradas com antecedência, politicamente planejadas. Os congressos camponeses, por exemplo, faziam parte de uma estratégia ampla de “reforma agrária democrática” e de pressão sobre os poderes públicos. Já as ocupações começaram como táticas, necessidades de quem acabava de ser despejado e precisava morar em outro lugar com urgência, e terminaram como estratégias de pressão legal pela desapropriação de terras improdutivas. A resistência armada aos despejos foi tática, reação quase desesperada de quem “só ia sair dali morto”, ainda mais se levamos em consideração a desigualdade de força física entre as partes. Mas não se criou legitimidade popular para tornar o uso de armas algo estratégico, embora isso tenha sido tentado por parte de certos mediadores.¹⁶

Concluindo esta parte da discussão, parece pertinente lembrar que as tradições, longe de estarem imóveis nas lembranças do passado, são continuamente reinventadas pelas classes trabalhadoras, segundo suas necessidades do que legitimar como costumes no presente (Thompson, 1998). Pensando dessa forma, o duplo vínculo da identidade camponesa com o passado (como retorno a uma situação de posse da terra ideal) e com o futuro (como possibilidade concreta de mudança a partir da mobilização política), está muito bem encaixado numa prática tradicionalmente legitimadora das ações populares. Thompson já nos dizia que, quando procura legitimar seus protestos, o povo retorna freqüentemente às regras do passado,

de uma sociedade possivelmente até mais autoritária, mas selecionando as que melhor defendam seus interesses atuais (Thompson 1988: 19). Nesse sentido, seria possível articular o passado e o futuro num mesmo processo de luta de classes e de representações que a sustentam.

Concepção de justiça dos lavradores e posseiros

Nesta parte vou trabalhar com a idéia de que os lavradores, mesmo os que não tiveram contato com mediadores externos, conheciam seus antagonistas, seus direitos e os limites da legislação. Mesmo que seus objetivos diferissem dos grandes projetos políticos e estratégias que norteavam os grupos que disputavam em nível nacional não somente a terra, mas a Reforma Agrária ampla e as transformações profundas na sociedade em longo prazo, defendo a hipótese de que essa consciência peculiar das condições de dominação e a reação dos lavradores tinham relações com uma tradicional cultura popular rebelde que, por si só, tinha métodos de ação fragmentados, instantâneos, anônimos e diretos, mas era diferente do modelo reacionário e individualista proposto pela “metáfora do saco de batatas”, eternizada por Marx no *18 Brumário* (Marx, 1969).

A resistência dos posseiros contra os despejos impostos pelos grileiros, grandes proprietários e mais tarde pelo próprio Estado capitalista, era ao mesmo tempo nova e antiga. Antiga porque se baseava em princípios de legitimidade historicamente duradouros, que permearam as lutas pela permanência na terra durante toda a história brasileira, por vezes amparada pela leis coloniais de incentivo ao cultivo, por outras simplesmente sabendo-se justas dentro de um código de valores populares que se opunham aos títulos de propriedade de sesmeiros e grileiros (Motta, 1996; Silva, 1996). Uma parte da cultura popular que “não está sujeita, em seu funcionamento, ao domínio ideológico dos governantes” (Thompson, 1998, p. 19) e, durante a história desses últimos 500 anos que conhecemos, essa cultura – menos poderosa, influente e violenta – tentou manter a prerrogativa da posse dentro ou fora da lei.

Mas, quando nas décadas de 50 e 60 os posseiros do sertão carioca resgataram princípios antigos, eles também atualizaram esses códigos, inclusive fazendo com que parte de suas reivindicações fosse incorporada à legislação muitos anos depois. Minha hipótese é de que, no momento da disputa pela terra, esses lavradores se lembraram e utilizaram direitos e representações de justiça que conheciam, mas que foram cunhados para outro contexto histórico. Reforço de novo que as tradições, longe de estarem imóveis nas lembranças do passado, são continuamente reinventadas pelas

classes trabalhadoras, segundo suas necessidades do que legitimar como costumes no presente (Thompson, 1998). Nesse sentido, seria possível articular o passado, presente e o futuro num mesmo processo de luta de classes e de representações que a sustentam.

Agindo dessa forma, numa disputa com novas características (como era o caso da especulação imobiliária nos sertões cariocas) eles resgataram antigas legitimidades como instrumentos para se protegerem dos grileiros. E essa é a parte nova da sua resistência. Nos depoimentos recolhidos podemos ter algumas pistas de justificativas para permanecer na terra, como neste aqui, do lavrador Raimundo Nonato da Silva. Ele morava há 27 anos em terras de Jacarepaguá, até que, em 1952, começou a sofrer ameaças de dois grileiros para que abandonasse sua posse. Ele se defende dizendo que

Há 27 anos quando aqui cheguei, tudo era mato e mosquitos. Secamos o charco e saneamos a restinga. Lavramos, plantamos e logo chegaram os “donos” da terra, [...]. Já por duas vezes quiseram me expulsar sem pagar as benfeitorias da terra. Mas eu os toquei à bala. Daqui só saio morto, porque a terra é nossa, nós a saneamos, somos nós que plantamos.¹⁷

Da mesma forma que o senhor Raimundo, todos os outros de que tenho depoimentos são unânimes em afirmar que chegaram em terras virgens, improdutivas (inclusive alagadas, no caso da Baixada), e que pelo próprio trabalho fizeram melhorias e tornaram os sítios férteis. Claramente se baseavam em uma noção costumeira de justiça, que legitimava a posse da terra aos seus primeiros ocupantes, em detrimento do código capitalista formal que reconhece como proprietário aquele a quem pertence o título legal (Thompson, 1998; Martins, 1994; Carvalho, 2002). Por isso, de acordo com sua visão do funcionamento das coisas e da Justiça, eles tinham direitos à terra que fizeram produzir e na qual instalaram benfeitorias.

Questão importante é que, pela lógica de justiça daqueles lavradores, a ação violenta desses órgãos podia gerar reação legítima.

Pois num aspecto a “economia moral” da multidão rompia decisivamente com a dos paternalistas. A ética popular sancionava a ação direta coletiva, o que era categoricamente reprovado pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista (Thompson, 1998, p. 167).

Os lavradores do lote 51, da estrada do Curtume, na Fazenda Santa Cruz, pensaram aproximadamente da mesma forma. Um dos lavradores entrevistados, Benedito de Alcântara Filho, ao justificar seus direitos e falar das violências cometidas pela Guarda Rural em outras localidades, afirmou:

*Não tenho receio, tenho razão. Mas, apesar disso, tenho medo da razão deles, que nunca empregam os mesmos métodos que nós.*¹⁸ Sua afirmativa é emblemática: ao mesmo tempo em que sabe que tem direitos, sabe também que, segundo a razão do opositor, esses direitos podem não ser reconhecidos.

Benedito teme ser despejado, pois os fatos que ele pensava que pudessem legitimar sua posse – o pai ter sido o primeiro a cultivar uma terra abandonada e ele trabalhar para sustentar sua família – não tinham sido suficientes para deter os despejos que já aconteciam em outros locais da baixada. Esse lavrador do Núcleo Colonial de Santa Cruz percebe que as regras estavam mudando e, se as anteriores lhe conferiam “razão”, as ações atuais do Ibra lhe mostravam que a “nova razão” estava atuando exclusivamente a favor dos interesses dos “que nunca empregam os mesmos métodos que nós”. Não bastando suas razões serem distintas – o que caracterizaria apenas um conflito entre partes iguais – os métodos de ação das partes, mais que diferentes, são desiguais: eles podem usar da força, da violência e impunemente.

Não me parece absurdo fazer uma comparação dessas resistências aos despejos com os motins de fome do século XVIII estudados por Edward Thompson (1998). Práticas que nós hoje, imersos na hegemonia do mercado capitalista, podemos considerar “naturais” e “inevitáveis” (como um grupo pequeno de posseiros ter sido enxotado de suas terras para permitir a urbanização da região da Baixada), naquela época não foram vistas assim, pois as justificativas das comunidades ameaçadas exprimiram o ressentimento que sentiram quando viram mudar as regras a que estavam acostumadas.

De maneira similar aos motins, os posseiros agiram segundo “noções legitimadoras”, pois acreditavam estar defendendo direitos e costumes tradicionais e que tinham apoio do consenso mais amplo da comunidade para passar por cima das causas do medo e da deferência (Thompson, 1998, p. 152). Eles partiam de consensos da comunidade em que viviam do que seriam práticas legítimas ou ilegítimas dos proprietários e deles próprios, dentro de visões tradicionais de obrigações sociais e funções econômicas de cada grupo da sociedade.

Os posseiros da Baixada, ao construírem a legitimidade de sua causa, vão pinçar, na legislação fundiária em vigor, os pontos que podiam embasar suas noções de direito à terra, enquanto passavam por cima (ou tentavam mudar) as que eram desfavoráveis.¹⁸ Essa concepção de justiça particular estava ancorada não numa prática corrente do passado que se extinguiu, mas num modelo ideal de funcionamento da sociedade que, para não pairar no ar das utopias, se fixara num tempo pretérito (uma “existência real mas

fragmentária”) como forma de ser considerado pertinente e viável, a ser acionado nos momentos de crise (Thompson, 1998, p. 160).

Mesmo assim, é certo que a consciência que motivava a luta por direitos estava se transformando num processo ativo de recriação de tradições na arena de luta de classes em que os posseiros se encontravam. Já foi visto que processos de expropriação e concentração fundiária/imobiliária vinham se acelerando desde a década de 50 e tiveram seu apogeu durante a ditadura militar, que somou à força dos grileiros a violência de um regime de exceção. Por isso, as formas *tradicionais* de luta, sobrevivência e resistência dos posseiros – seculares, arraigadas nos sistemas de legitimidade popular e referendadas parcialmente pelo sistema legal pré-64 – se viram pressionadas a uma transformação que lhes conferisse mais força e eficácia.

Sofrendo pressão de diversos fatores alheios a sua vontade, as representações de mundo do grupo de lavradores/as que começara a ser ameaçado estava em ‘fase de transição’. Não encaro o termo transição a partir da visão evolucionista ou etapista da consciência de classe observada de um ponto de vista ortodoxo. Mas falo em transição, primeiro, porque acredito na alteração de percepções culturais – entendidas aqui a partir da noção de “representação coletiva do mundo social”:

Formas e os motivos que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (Chartier, 1990, p. 19).

Essas representações de mundo e novas identidades coletivas estão estreitamente vinculadas à transformações ligadas ao mundo do trabalho e do cotidiano, levando em conta as trajetórias e experiências desses homens e mulheres.

Mas essa transformação não foi unívoca ou homogênea. Ela respondeu a situações específicas dentro de contextos socioculturais próprios e, ao mesmo tempo, manteve-se dentro das possibilidades realizáveis dentro desses limites. Todo esse preâmbulo é porque quero reforçar a idéia de que, distante de possíveis tipologias estanques, houve mudanças significativas nas ações de resistência a partir de fins dos anos 50, para as quais as alianças e mediações externas foram importantes, estimulando o processo de debates, articulação e formação política. Algumas vezes, a partir deles os camponeses puderam abandonar formas de resistência isoladas e passar a formas de ação coletivas. Outras não.

Conclusão

O meu problema neste artigo foi entender um pouco desse campo das táticas de resistência tanto dos lavradores quanto dos posseiros, e desvendar limites e possibilidades dessas táticas fora do campo político-institucional, o que me obrigava a entender mais do que seria uma “cultura popular rebelde”. Foi por isso que busquei conhecer o imaginário político desses posseiros, entendido aqui como as formas e maneiras como percebiam as relações sociais de dominação e exploração (Rabelo, 1992), e como procuraram transformá-las a partir de seus desejos e trocas simbólicas e de experiências com outros grupos sociais.

No trabalho desta pesquisa, baseado em todas essas discussões que acabo de apresentar, houve a necessidade de entender o contexto local e as especificidades da formação agrária e agrícola da região dos “sertões cariocas”. Conhecer as idiosincrasias desse local tornou possível, mais tarde, entender as ações de resistência dos posseiros, como as ocupações de terra. Por outro lado, o contexto local também foi a base para compreender a consciência política daqueles lavradores pois, como foi dito antes, sua cultura política tinha argumentos fortes e inteligentes mas não teorias gerais do funcionamento da sociedade. Era a partir de suas experiências de exploração e confronto com grandes proprietários, grileiros e com o Estado que eles verbalizavam suas conclusões e ações contra a expropriação.

Conclui que os lavradores-camponeses organizaram-se da forma que sabiam e podiam pela defesa de suas terras, contra a investida dos grileiros. Mesmo onde a mediação política não formou a identidade camponesa como um fator de mobilização para a luta, a resistência aos grileiros implicou ao menos na contraposição de dois códigos de Justiça: a propriedade contra o trabalho de cultivar a terra (Martins, 1994). Quando trabalhei com os depoimentos dos lavradores que resistiam à expulsão e expressavam a idéia de que sabiam estar numa luta de racionalidades e métodos distintos, mas que ao mesmo tempo sabiam que tinham a razão, isto é, sabiam que sua razão era legítima, queria mostrar o quanto sua cultura política só podia ser entendida em seus antagonismos, adaptações, reconciliações dialéticas de classe, com a elite, formando um campo de forças societal e uma oposição sociológica que conferiam coerência prática à cultura política da plebe, mesmo que essa categoria cognitiva não estivesse presente (Thompson, 1979).

Em termos culturais, no caso da região que estudei, por mais sertões que fossem, não é possível falar em um campesinato que mantém traços feudais sem vínculos com o capitalismo. A relação que os camponeses fluminenses têm com o Estado moderno é muito maior: rádio, partidos e

sindicatos rurais, relações de mercado e eleitorais, entre outros elementos “modernos” e de consumo, estão presentes em suas vidas. Suas ações de resistência, embora pudessem usar de argumentos de antiguidade da posse e usucapião, foram inventadas no momento daquela luta, e não remontavam a estratégias ancestrais. Por último, os resultados históricos foram distintos porque, efetivamente, os lavradores fluminenses de modo geral perderam a terra e foram para as cidades num prazo de aproximadamente vinte anos (a contar do primeiro despejo em 1949 até o último noticiado em 1968), enquanto os camponeses ingleses conseguem por quase um século se manter em suas terras (Thompson, 1998, p. 85).

Notas

¹ As hipóteses desenvolvidas neste artigo são uma versão resumida de uma das discussões que defendi em minha dissertação de mestrado de título *Terra de Resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-68)*, defendida em janeiro de 2003, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Depoimento da lavradora Creuza, ameaçada de despejo no interior de Campo Grande. Manchete: Em Campo Grande, Estado do Rio, mais de 30 posseiros estão sendo expulsos das terras que cultivavam. *Jornal Terra Livre*, 1^a quinzena de agosto de 1954.

³ *Imprensa Popular*, 15 de março de 1952.

⁴ “A colonização no Brasil se inseria na retórica estadonovista de construção da nacionalidade, de expansão do Brasil dentro de suas próprias fronteiras, de conquista do interior do País e de ocupação e recuperação de seus espaços vazios (Esterci, 1972; Velho, 1976). Visava-se, com o deslocamento controlado da fronteira agrícola, a redução de tensões nas áreas mais tradicionais e mais densamente

povoadas (Tavares; Considera; Silva, 1972: 33)” (Grynspan, 1987, p. 44).

⁵ Decreto-lei 5.110, de 12 de janeiro de 1940. Ver também Silva (1961, p. 4-11); Grynspan (1987, p. 45); e Pedroza (2000).

⁶ CODERJ. *Diagnóstico do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. Niterói: 1970 apud Grynspan (1987, p. 48).

⁷ De 1950 a 1970, as cidades de Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Nilópolis têm crescimento populacional de 340%, contra 80% do Rio de Janeiro. É possível dizer que o uso do solo urbano no Brasil tem características marcadamente segregadoras na criação de periferias, conta com o Estado para maximização da acumulação especulativa, produz um espaço onde a sociedade civil organizada não intervém de maneira sistemática e esmaga os pobres. Mas não podemos esquecer que é o Estado que mantém a ordem social necessária à realização de um determinado modelo de acumulação. “Nesse aspecto, quando os recursos estatais se canalizam preponderantemente para os imperativos da acumulação de capital em detrimento daqueles mais diretamente acoplados à

reprodução da força de trabalho, acirrando o processo de espoliação urbana, e quando a criação de excedente se realiza também por meio da pauperização absoluta de vastos contingentes sociais, o Estado, para viabilizar semelhante “modelo de ordem social” de características selvagens para a força de trabalho, só pode assumir feições nitidamente autoritárias e repressoras. O controle e a contenção dos movimentos reivindicativos passa a ser condição para a efetivação de semelhante modelo excluyente de repartição dos benefícios que, por sinal, têm sido a tônica do processo de acumulação recente no Brasil.” In: KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. p. 59-60. Ver também, do mesmo autor, *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Ainda sobre a questão do solo urbano, ver SILVA, Luís A. da. *Solo urbano: tópicos sobre o uso da terra*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1981.

⁸ HILL, Maurício. Baixada, Nordeste sem seca. *Última Hora*. Edição do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 30 ago.1962.

⁹ “O sociólogo francês Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1977) trabalha com a noção de identidade como um produto de lutas. Para ele, a representação que os grupos fazem de si mesmos e dos outros contribui, em grande parte, para fazer deles aquilo que eles são e o que fazem. Essa representação, por sua vez, não é um dado ou um simples reflexo, mas fruto de ações de construção que se realizam a cada momento, nas lutas entre os grupos para imporem a representação do mundo social mais de acordo com os seus interesses. Dessa forma, uma das facetas da dominação estaria, justamente, na imposição de uma representação do mundo social. Ela incidiria sobre a produção da identidade social do dominado. Os grupos dominados se constituem, assim, naquilo que Bourdieu

chama de uma *classe-pour-autri*, isto é, uma classe que conta com uma verdade objetiva de si mesma que não foi ela quem produziu. E de todos os grupos dominados, aquele onde isto se colocaria de forma mais evidente seria o campesinato” (Grynspar, 1987, p. 86).

¹⁰ Sobre definições e transformações na identidade dos lavradores da Baixada Fluminense ver melhor em (O’Dwyer, 1988, capítulos II e V).

¹¹ Shanin também acrescenta que esse arsenal teórico chegou aos Estados Unidos por meio da mediação de europeus que escreviam em Inglês, como Marx, Znaniecki e Sorokin, ou por meio das traduções para Língua Inglesa de Weber, Lênin e Chayanov. Mesmo assim, a maior parte da sociologia rural norte-americana se preocupou prioritariamente com a produção agrícola em moldes industriais: problemas ligados à eficiência, produtividade, recursos e lucratividade (Cf. Shanin, 1973).

¹² Para uma discussão mais ampla das teses do banditismo social, ver (Hobsbawm, 1968; Velho, 1979).

¹³ Há também uma outra vertente de mudanças na teoria marxista levada a cabo sobretudo a partir do maio de 68 francês e dos chamados novos movimentos sociais que surgiram a partir de então em todo mundo, mas principalmente nos centros velhos do capitalismo. Eles politizaram questões ligadas à sexualidade, às relações raciais, ao papel da juventude, questionando as vanguardas políticas e as formas até então conhecidas de organização do campo de esquerda, como os partidos, os sindicatos e as posturas dos dirigentes. Hoje é necessário também falarmos da revolução cultural, da microfísica do poder e até dos ditames da pós-modernidade para entendermos os caminhos das pesquisas que já versam sobre resistências coletivas e individuais. Mas por uma questão de tempo e espaço esse não

será o foco privilegiado deste trabalho, porque me aterei principalmente aos movimentos camponeses. Sobre a vertente dos novos movimentos sociais, ver (Gohn, 1997).

¹⁴ Sobre essa culpabilização da vítima, exemplo de peso é a forma com que Bóris Fausto analisa o papel dos anarquistas na Primeira República, em *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1977.

¹⁵ Para tanto, ver o caso de Mariano Besser, figura controversa entre os mediadores políticos das lutas camponesas no Estado do Rio de Janeiro, contra o qual foi usado o argumento de que “incitava a violência armada”.

¹⁶ Ninguém me põe fora da terra! Imprensa Popular, 18 de julho de 1954.

¹⁷ Ibra alarma lavradores de Santa Cruz, e lavradores querem continuar em Santa Cruz. Jornal do Brasil, 4 de dezembro de 1966.

¹⁸ “Pode-se sugerir que, se as multidões sediciosas ou fixadoras de preços agiram segundo um modelo teórico consistente, esse era uma reconstrução seletiva do paternalismo, extraindo dele todas as características que favoreciam os pobres e que ofereciam uma possibilidade de cereais mais baratos. Porém, era menos generalizado que a visão dos paternalistas. Os registros dos pobres revelam mais particularidades: trata-se desse moleiro, desse negociante ou daqueles agricultores que retêm os grãos, provocando indignação e ação. Tal particularidade era, entretanto, inspirada por noções gerais de direitos que só se revelam bem claramente quando se examina a multidão em ação, pois num aspecto a ‘economia moral’ da multidão rompia decisivamente com a dos paternalistas. A ética popular sancionava a ação direta coletiva, o que era categoricamente reprovado pelos valores da ordem que sustentavam o modelo paternalista.” (Thompson, 1998, p. 167).

Fontes periódicas

Correio da manhã, Rio de Janeiro (1901-1974)

Amostragem geral, incluindo números citados nas notas de rodapé: 27/2/64, 12/4/66, 23/10/66, 20/11/66, 30/11/66, 3/12/66, 4/12/66, 11/12/66, 16/12/66, 4/6/67, 7/11/67, 31/12/67 e 27/7/68.

Imprensa popular, Rio de Janeiro (1951-1958)

Amostragem geral, incluindo números citados nas notas de rodapé: 26/8/53, 29/8/53, 2/9/53, 1/10/53, 1/11/53, 6/1/54, 8/1/54, 12/1/54, 23/1/54, 5/2/54, 5/2/54, 13/2/54, 18/2/54, 19/2/54, 21/2/54, 23/2/54, 17/3/54, 4/3/54, 6/3/54, 11/6/54, 22/6/54, 18/7/54, 20/7/54, 31/7/54, 8/8/54, 10/8/54, 12/8/54, 18/8/54, 19/8/54, 21/8/54, 24/8/54, 26/8/54, 10/9/54, 11/9/54, 18/9/54, 22/9/54, 6/10/54, 24/10/54, 19/1/58, 19/3/58, 24/4/58 e 26/4/58.

Diário de notícias, Rio de Janeiro (1930-1976)

Amostragem geral, incluindo números citados nas notas de rodapé: 6/10/56.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro (1891)

Amostragem geral, incluindo números citados nas notas de rodapé: 4/1/64, 7/1/64, 9/1/64, 14/1/64, 16/1/64, 25/1/64, 16/2/64, 16/2/64, 18/1/64, 22/2/64, 28/2/64, 12/4/64, 30/11/66, 1/12/66, 2/12/66, 4/12/66, 21/4/68 e 9/11/68.

Terra livre, São Paulo (1954-1964)

Amostragem geral, incluindo números citados nas notas de rodapé: 1/7/54, 15/8/54, 1/9/54, 15/9/54, 1/7/54, 1/1/56, 1/2/56, 1/9/56, 1/3/60, 1/4/60, 1/6/60, 1/3/61, 1/7/61, 30/7/61, 1/10/61, 1/11/61, 1/11/61, 1/2/62, 1/8/62, 1/1/63, 1/1/63, 1/2/63, 1/3/63, 1/5/63, 1/6/63, 1/11/63, 1/12/63 e 1/1/64.

Última hora, Rio de Janeiro (1951-1993)

Amostragem geral, incluindo números citados nas notas de rodapé: 29/3/63, 22/5/63, 29/10/63 e 7/4/64.

A notícia, Rio de Janeiro (1854-1996)

Amostragem geral, incluindo números citados nas notas de rodapé: 27/2/54.

Luta democrática, Rio de Janeiro (1954-1986)

Amostragem geral, incluindo números citados nas notas de rodapé: 5/12/61 e 2/11/61.

Correio da manhã, Rio de Janeiro (1848)

Amostragem geral, incluindo números citados nas notas de rodapé: 26/11/60, 27/11/60, 20/11/60 e 14/7/64.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Anpocs/Hucitec, 1992.

ALENTEJANO, Paulo R. *Reforma agrária no Rio de Janeiro: repassando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1996

ARAÚJO, Frederico. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara (1950-1964)*. 1982. Dissertação (Mestrado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.

ARAÚJO, Maria Paula. A questão camponesa na teoria marxista clássica. In CHEVITA-RESE, André (Org.). *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002.

BIANCO, Lucien. Peasants and revolution: the case of China. *The journal of peasant studies*. Londres, 2 (3): abril, 1975.

BRUIT, Hector. América Latina: quinhentos anos entre resistência e revolução. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 10, n. 20, mar./ago. 1991.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

De DECCA, Edgar. Rebelião e revolução na história social. In: BRESCIANI, Stella et al. (Orgs.). *Jogos da política*. São Paulo: Anpuh/Fapesp, 1992.

GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUISTA, Myriam G. C. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

- GOHN, Maria. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRYNSPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. 1987. Dissertação (Mestrado) – PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro.
- HOBBSAWM, Eric; RUDÉ, Georges. *Capitão Swing*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998b.
- MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- _____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- MARX, Karl. *O 18 brumário de Luiz Bonaparte* (parte VII) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MATTOS, Marcelo Badaró de. Classes sociais e luta de classes. In: BADARÓ, M. (Org.) *História: pensar e fazer*. Niterói: UFF/LDH, 1998.
- MOORE JR., Barrington. *Injustice: the social bases of obedience and revolt*. London: MacMillan, 1978.
- MOTTA, Márcia Maria M. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil na segunda metade do século XIX*. 1996. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas.
- O'DWYER, Eliane. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. 1988. Tese (Doutorado) – PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro.
- PEDROZA, Manoela. *Visões do mundo rural: terra e trabalho pelos olhos dos políticos fluminenses na primeira república (1889-1920)*. Monografia final de pesquisa de iniciação científica (CNPq-PIBIC) apresentada no 9º Seminário de Iniciação Científica da UFF, Niterói, 1999.
- _____. *Na beira da estrada São Pedro... tempos da luta pela terra na Fazenda Normandia (1938-1990)*. 2000. Trabalho (Conclusão de curso de graduação em História) – UFF, Niterói.
- _____. *Terra de resistência: táticas e estratégias camponesas nos sertões cariocas (1950-68)*. 2003. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Porto Alegre.
- RABELO, Maria Aurora. O materialismo histórico de Thompson e a problemática dos movimentos sociais. *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 6, 1992.
- SANTOS, Ana Maria dos. *Agricultural Reform and the Idea of decadence in the state of Rio de Janeiro, 1870-1910*. 1984. Tese (Doutorado) – Universidade do Texas, Austin.
- SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: UNICAMP, 1996.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. *Tradición, revuelta y consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editora Critica, 1979.
- VELHO, Otávio. *Sociedade e agricultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- WOLF, Eric. *Guerras camponesas no século XX*. Ed. Global, 1969.